

## Resumo de Estudos Ambientais do Projeto Araguaia

06 de maio de 2021

---

A Horizonte Minerals está desenvolvendo o Projeto Araguaia Níquel (Araguaia ou ANP), 100% de sua propriedade, como a próxima grande mina de ferroníquel do Brasil. Araguaia é um projeto de mineração de Nível 1 com um recurso escalonável de alto grau, localizado ao sul do Distrito Mineiro de Carajás, no estado do Pará, norte do Brasil. Atualmente, o Araguaia possui todas as licenças ambientais e está habilitado para iniciar a fase de construção.

A Empresa tem desenvolvido diversos estudos para cumprir o processo de Licenciamento no Brasil e passa a divulgar em seu website os **Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)** em Português, documentos públicos integrantes dos EIA (Estudos de Impacto Ambiental). Esses documentos são requisitos do processo de licenciamento (Licenças Prévia e de Instalação) do Projeto Araguaia (Sul – ANS e Norte – ANN). Como o ANP está localizado no Brasil, o processo de licenciamento é feito em Português, idioma oficial do país. Para facilitar a compreensão dos Relatórios a Empresa disponibilizará até o fim de maio o RIMA do ANS em Inglês. O RIMA do ANN é muito similar ao ANS, o que torna desnecessária sua tradução.

Nas próximas linhas, apresentamos um resumo do processo de licenciamento no Brasil para empreendimentos minerários. Na sequência indicamos os estudos socioambientais do ANP que foram realizados pela Companhia e empresas de consultoria ao longo da vida do ANP.

### PROCESSO DE LICENCIAMENTO

O processo de licenciamento de uma mina de grande porte no Brasil ocorre em duas vias paralelas. São as vias de licença mineral (direitos minerários) e licença ambiental (licenciamento ambiental) e cada uma é administrada por órgãos públicos distintos e independentes. Ambas as licenças de mineração e ambientais são necessárias para construir o ANP. Embora os processos de licenciamento ocorram em paralelo e de forma independente, existe uma porta de entrada principal para onde convergem as duas vias, na fase de concessão minerária (Portaria de Lavra). Para que a agência de mineração aprove a concessão de mineração, a Empresa deve demonstrar a concessão da Licença de Instalação - LI.

### Estrutura de licenciamento no Brasil

A Constituição Federal fornece a base para o licenciamento no Brasil e vários estados fornecem sua própria legislação complementar. Órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais podem ter jurisdição para emitir licenças ou conceder autorizações, dependendo do tamanho e da natureza do projeto. As licenças de mineração são regidas pelo Código de Mineração. As licenças ambientais são regidas principalmente pela legislação do CONAMA. Além disso, os Estados frequentemente administram sua própria legislação para órgãos de governo e acordos de compensação relativos a licenças ambientais.

Todas as licenças de mineração são administradas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Algumas licenças ambientais são administradas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA<sup>1</sup>) no caso de projetos de mineração envolverem uma ou mais fronteiras estaduais. Outras licenças ambientais são administradas por órgãos ambientais estaduais, e esse é o caso de projetos de mineração em que a maioria dos impactos está contida em um estado.

Como o ANP não atravessa as fronteiras estaduais, o IBAMA não está diretamente envolvido com o licenciamento ambiental. Portanto, as duas principais agências relevantes para o ANP para fins de licenciamento incluem: Agência Nacional de Mineração (ANM<sup>2</sup>); e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS).

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

<sup>2</sup> Agência Nacional de Mineração ou 'ANM' era formalmente conhecida como Departamento Nacional de Produção Mineral ou 'DNPM'. Em dezembro de 2017, a Lei Federal Nº 13.575 / 2017 criou a ANM substituindo o DNPM.

O licenciamento do ANS está mais avançado do que o licenciamento do Araguaia Norte (ANN), uma vez que as operações de mineração ocorrerão nos primeiros oito anos somente no ANS. Os estudos ambientais que apoiarão as licenças de mineração e ambientais para a infraestrutura do ANN foram entregues a SEMAS com o objetivo de garantir as aprovações para construção antes do início da mineração no ANN no ano 8 no Cronograma da Mina, estimado para 2029.

Mais detalhes sobre as licenças de mina, licenças ambientais e outorgas necessárias para a construção e operação da ANP estão descritos no Estudo de Engenharia de Valor (2020).

## ESTUDOS DE MEIO AMBIENTE E SOCIAL

O projeto Araguaia é um dos poucos projetos de níquel laterítico em todo o mundo pronto para desenvolvimento. A Horizonte obteve com sucesso a Licença de Instalação em dezembro de 2018 e a outorga de água para operação no Araguaia. O Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental (RCA / PCA) foi submetido a SEMAS para obtenção da licença ambiental da Linha de Transmissão em 2019, tendo a LP/LI e as Autorizações de Supressão Vegetal e Resgate de Fauna emitidas em fevereiro de 2021.

Foram contratadas as empresas Walm Engenharia (EIA Projeto Araguaia Sul), ERM (PCA ANS), Integratio (estudos sociais e fundiários), DBO Engenharia Ambiental (inventário faunístico), Brandt (PCA Linha de Transmissão e EIA/RIMA ANN) e Ramboll (Recursos Hídricos) para realizar estudos necessários à obtenção de Licenças Prévia, Licença de Instalação e autorizações abrangendo os meios físico, biótico e socioeconômico. Essas consultorias, que atuam em diversas especialidades, conduziram diversos estudos desde 2013, incluindo ainda, mas não se limitando a:

- Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)
- Planos de Controle Ambiental (PCA) - elaboração e detalhamento de programas socioambientais
- Modelagem de dispersão atmosférica
- Monitoramentos de qualidade do ar, ruído e qualidade das águas superficiais e subterrâneas, inventários de fauna e flora, diagnósticos socioeconômicos, dentre outros para construção da linha de base.

A Empresa conduziu estudos de acordo com Normas Brasileiras e Internacionais, aplicando os Padrões de Desempenho da IFC e os Princípios do Equador às nossas linhas de trabalho. As revisões de consultores independentes estão ocorrendo com base nas normas internacionais como parte do pacote de financiamento do trabalho de *Due Diligence* em andamento para o Araguaia, incluindo:

- Avaliação Habitats Críticos e Plano de Ação para a Biodiversidade
- Serviços Ecológicos e Impactos Cumulativos
- Estratégia de Engajamento de Stakeholders e atualização do mapeamento de Stakeholders
- Sistema de Gestão Integrado, baseado nas normas ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018

## Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de acesso público

De acordo com a legislação brasileira, o RIMA é um relatório que reflete as conclusões do EIA e deve ser apresentado de forma objetiva e adequada para a revisão do público. O Relatório é redigido em linguagem acessível para as comunidades locais, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação

visual, de modo que as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação possa ser compreendida pelas partes interessadas. A Horizonte divulgou seus RIMAs em seus escritórios, na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Pará) e também em seu website.